



Parecer nº: 047/2017
Projeto de Lei nº 057/2017
Origem: Poder Executivo

**EMENTA. CONTRATAÇÃO EMERGENCIAL.
MOTORISTA. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO. SIMPLES
SUBSTITUIÇÃO. DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIDADE
ORÇAMENTÁRIA. LEGALIDADE**

RELATÓRIO

Foi solicitado a esta Assessoria Jurídica parecer acerca do projeto de Lei nº 057/2017 que versa sobre contratação, por prazo certo e determinado, em razão de excepcional interesse público e sem concurso público, de um servidor para atuar como motorista junto à Secretaria de Educação, em face do pedido de rescisão da contratação laboral de outro motorista, aliada a suspensão judicial de nomeações de candidatos aprovados no Concurso Público nº 001/2014.

ANÁLISE JURÍDICA

Os exames desta Assessoria Jurídica da Câmara de Vereadores de Passa Sete se dão com fulcro nas atribuições do cargo contidas na Lei Municipal nº 881/2009. Nesse contexto, subtrai-se da análise questões que importem considerações de ordem política, técnica, financeira ou orçamentária, considerando a delimitação legal da competência da assessoria jurídica como função de consultoria aos senhores Vereadores e às Comissões legislativas.

Outrossim, importante consignar que a presente manifestação tem caráter meramente opinativo, expressando opinião fundamentada a partir da legislação, dos princípios doutrinários e científicos, analisando os questionamentos apresentados exclusivamente sob o aspecto legal/jurídico. Como função consultiva, à Assessora jurídica cabe analisar a legalidade dos procedimentos adotados pela Casa legislativa e dos Projetos de Lei encaminhados ao Poder Legislativo, ou dele emanados mas, de modo algum, implica em deliberações, as quais competem exclusivamente aos vereadores. Também é de se deixar claro que o posicionamento a ser exposto no presente parecer não exclui a previsível existência de entendimentos divergentes a respeito do tema em consulta.

Pois bem.

Trata-se de projeto de Lei projeto de que versa sobre contratação, por prazo certo e determinado, em razão de excepcional interesse público e sem concurso público, de um servidor para atuar como motorista junto à Secretaria de Educação. A Justificativa do presente projeto de lei vem embasada no pedido de substituição do motorista que atuava nesta mesma função, em razão de seu pedido de exoneração, aliado ao fato de haver suspensão judicial de nomeações de candidatos aprovados no Concurso Público nº 001/2014, o que impede que o Município chame os candidatos aprovados ou faça novo concurso público.



Os atos administrativos necessitam, imperiosamente, seguir cinco princípios constitucionais: a) legalidade; b) impessoalidade; c) moralidade; d) publicidade; e) eficiência. A Constituição Federal, por sua vez, previu possibilidade restrita de ingresso à administração direta/indireta sem a realização de concurso público: os cargos comissionados ou as contratações temporárias – destinadas ou para atender necessidade transitória (que não é o caso), ou por “excepcional interesse público”.

O caráter “excepcional interesse público”, neste caso, há de ser considerado como atendido, pois se trata de função responsável por atender a logística da Secretaria de Educação, tanto dos servidores quanto dos alunos. Sua função é, portanto, imprescindível.

Ainda, deve ser considerada a suspensão judicial das nomeações do concurso realizado em 2014, impossibilitando o Município a efetuar novas nomeações, sendo esta função um exemplo daquelas que não podem aguardar o desembargo judicial do concurso realizado, sob pena de inviabilizar a prestação de serviços.

O período da contratação é de seis meses, sendo que a escolha do profissional será feita mediante processo seletivo simplificado, conforme lei Municipal nº 1.005/2011, respeitando-se os Princípios da Isonomia, da Impessoalidade e da Publicidade. Assim, a contratação se dará com a lisura necessária aos procedimentos de contratação temporária, utilizando-se de seleção pública, tendo em vista que não se trata de cargo de livre contratação/exoneração, sob pena de apontamento junto ao Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul – TCE/RS.

A justificativa acompanha parecer pela disponibilidade orçamentária, eis que se trata de mera substituição de servidores, não acarretando aumento nas despesas com pessoal, o que permite um afastamento do rigorismo da letra fria da lei quanto à questão orçamentária – uma vez que o Município não pode ficar sem a prestação do serviço, sob pena de um mal maior.

É o modesto parecer, sem embargo de outro em sentido diverso, para com os quais fica registrado o devido respeito.

CONCLUSÃO

Material e formalmente adequado o projeto de lei, segue favorável o presente parecer. Contudo, à Vossa consideração.

Passa Sete, 09 de outubro de 2017.

ELIANA WEBER
Assessora Jurídica
OAB/RS 60.217